

A ORDEM DA GRAMÁTICA DE JOÃO DE BARROS SOB O OLHAR DA HISTORIOGRAFIA (DA) LINGÜÍSTICA: UM ESTUDO DE GRAMATICOGRAFIA PORTUGUESA QUINHENTISTA

The Order of João de Barros' Grammar Under the Perspective of Linguistics Historiography: a Study of Sixteenth-Century Portuguese Grammaticography

DOI: 10.14393/LL63-v42-2026-04

Viviane Lourenço Teixeira *

RESUMO: Este trabalho realiza uma análise historiográfica da *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros (1540), marco inaugural da tradição gramatical portuguesa. Inserido no campo da Historiografia (da) Linguística, o estudo examina a gramaticografia como prática ideológica, revelando o papel da obra na normatização do vernáculo português e na consolidação de um projeto cultural e colonial no século XVI. Influenciada pelos modelos greco-latinos e pelo ideal humanista, a gramática de Barros funciona como instrumento de disciplinamento e poder simbólico (BOURDIEU, 1996), alinhando-se à evangelização, à administração imperial e ao ensino. A partir de uma leitura crítica e, observa-se como Barros prescreve usos linguísticos que sustentam a hegemonia cultural lusitana. Conclui-se que a gramática não reflete apenas a língua, mas integra um processo histórico e político de construção da identidade linguística portuguesa, reforçando seu papel como língua de fé, cultura e dominação.

PALAVRAS-CHAVE: Gramática. João de Barros. Gramaticografia. Historiografia Linguística. Língua portuguesa.

ABSTRACT: This paper offers a historiographical analysis of *Gramática da Língua Portuguesa* [Grammar of the Portuguese Language] by João de Barros, a landmark in the Portuguese grammatical tradition. Within the field of Historiography of Linguistics, the study examines grammaticography as an ideological practice, revealing the work's role in standardizing the Portuguese vernacular and consolidating a cultural and colonial project in the sixteenth century. Influenced by Greco-Latin models and the humanist ideal, Barros's grammar functions as an instrument of discipline and symbolic power (BOURDIEU, 1996), aligning itself with evangelization, imperial administration, and teaching. Through a critical reading, we observe how Barros prescribes linguistic uses that sustain Lusitanian cultural hegemony. We conclude that the grammar not only reflects the language itself but is also part of a historical and political process of constructing Portuguese linguistic identity, reinforcing its role as a language of faith, culture, and domination.

KEYWORDS: Grammar. João de Barros. Grammaticography. Linguistic Historiography. Portuguese language.

* Pós-doutora em Estudos de Linguagem (Universidade Federal Fluminense). Pesquisadora e pós-graduanda da Universidade Federal Fluminense/UAB. Coordenadora e Professora SEDUC/Araruama. Professora SEMEC/Squarema. ORCID: 0000-0002-9883-928X. E-mail: viviane_lourenço(AT)id.com.br.

1 Introdução (não usar pontos após o numeral; os títulos podem ser alterados)

Este artigo propõe uma análise crítica da *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros (1540), a partir dos aportes teóricos da Historiografia (da) Linguística, com especial atenção à gramaticografia — isto é, ao estudo das práticas de descrição, normatização e prescrição da língua portuguesa em contextos históricos específicos. Considerada um marco inaugural da tradição gramatical portuguesa, a obra de Barros não apenas reflete os ideais humanistas do século XVI, mas também se articula a um projeto ideológico de expansão do império português, no qual a língua assume papel central como instrumento de evangelização, disciplinamento e homogeneização cultural (Teixeira, 2024).

Inserida no contexto das grandes navegações e das missões religiosas, a gramática de Barros revela-se mais do que um esforço técnico de sistematização linguística. Ao adotar modelos greco-latinos como referência e propor um padrão normativo para o vernáculo, o autor contribui para consolidar o português como língua de prestígio e poder no mundo colonial (Batista; Bastos, 2025). Essa normatização linguística se desdobra em práticas educativas e missionárias, em especial nas ações jesuíticas iniciadas com a chegada de Tomé de Souza ao Brasil, em 1549. Textos como catecismos, cartilhas e manuais de doutrina cristã acompanharam esse movimento, funcionando como dispositivos de controle simbólico e cultural.

Ao revisitar essa obra fundacional, sob o olhar da Historiografia (da) Linguística, pretende-se lançar luz sobre os vínculos profundos entre linguagem, poder e história, destacando o papel da gramatização na construção de identidades coloniais e nos processos de resistência linguística.

Para além disso, com base nesse panorama, este estudo parte da compreensão de que a gramática, longe de ser neutra, é um artefato político-cultural. Desse modo, a *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros é compreendida aqui como uma chave interpretativa para refletir sobre os processos de padronização e legitimação da língua portuguesa no mundo lusófono, contribuindo para a construção de um império linguístico cuja história precisa ser continuamente interrogada.

2 Pressupostos teóricos

Este estudo fundamenta-se nos aportes da Historiografia (da) Linguística (doravante HL), abordagem que, nas últimas décadas, tem se consolidado como um campo crítico voltado para a compreensão dos saberes linguísticos em sua historicidade, recusando uma leitura anacrônica e descontextualizada das obras

A HL não se dedica prioritariamente à descrição da linguagem verbal em seus aspectos formais, mas sim à análise dos registros discursivos e das representações ideológicas que se constroem em torno dela ao longo do tempo. Esses registros evidenciam diferentes tradições de pensamento linguístico, formuladas a partir de contextos históricos, sociais e culturais específicos. Diante dessa multiplicidade interpretativa, nos compete, entre as diversas correntes disponíveis, aquela que orientará nosso recorte analítico, conforme os objetivos e a temporalidade da pesquisa.

Essa abordagem se fundamenta na concepção de que o saber linguístico não é neutro, mas historicamente situado, conforme argumentam Koerner (1996) e Auroux (1992), ao defenderem que os discursos sobre a linguagem são atravessados por ideologias, interesses institucionais e práticas científicas contextualizadas.

Ao adotar o referencial teórico-metodológico da HL, esta análise da *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros (1540) parte do entendimento de que toda produção metalinguística é também um produto de seu tempo — atravessada por ideias, crenças e valores que refletem as tensões e aspirações de uma época. Como afirma Swiggers (2013), a Historiografia (da) Linguística não busca apenas descrever teorias sobre a língua, mas compreendê-las dentro das tradições discursivas, das condições de produção e das intenções sociopolíticas que as originam. Assim, nosso objeto de estudo deixa de ser visto como simples registro técnico e passa a ser reconhecido como testemunho histórico, expressão viva de práticas culturais e de visões de mundo.

Sob essa lente, percebe-se que a descrição linguística proposta por João de Barros está profundamente marcada pelos valores humanistas do Renascimento e pelos interesses expansionistas da Coroa portuguesa. O próprio autor revela, com tom de devoção patriótica, a dimensão missionária e política de sua obra, no prólogo da obra.

A leitura historiográfica permite, portanto, enxergar que o projeto linguístico de Barros ultrapassa o propósito de apenas sistematizar o português. Ele se insere num movimento maior de afirmação cultural e expansão imperial, em que a língua se torna instrumento de poder, fé e identidade. Afinal, “[...] a gramática humanística está inserida em uma política cultural que prezava o fortalecimento das línguas vernaculares europeias nas colônias” (TEIXEIRA, 2022, p. 31). Assim, João de Barros atua não apenas como gramático, mas como agente de um projeto civilizatório e cristianizador, para quem o ensino e a difusão do português representavam uma forma de ordenar o mundo, disciplinar corpos e unificar consciências sob o signo da cultura europeia.

Em síntese, o olhar historiográfico sobre a *Gramática da Língua Portuguesa* permite compreender o profundo entrelaçamento entre linguagem, ideologia e poder. A gramaticografia quinhentista, nesse sentido, surge como um dos instrumentos mais sutis e eficazes de legitimação do domínio europeu, fazendo da língua não apenas um meio de comunicação, mas também um símbolo de autoridade e de imposição cultural.

Do ponto de vista metodológico, adota-se uma abordagem qualitativa, que privilegia a leitura contextual e crítica da obra gramatical. Essa leitura não busca somente identificar categorias linguísticas, mas, sobretudo, problematizar os efeitos de sentido e os usos ideológicos subjacentes às escolhas descritivas do autor. Nesse sentido, retoma-se a noção de gramaticografia como uma prática normativa que, ao classificar e ordenar a língua, participa da construção de uma hegemonia cultural (Batista, 2019; Mattos e Silva, 2004).

A gramática é aqui compreendida como dispositivo de imposição de uma ordem legítima de linguagem, capaz de naturalizar determinadas formas de falar e silenciar outras. Contudo, sabemos que desde a tradição filosófica da Grécia Antiga, distintos modelos de gramática têm sido elaborados, refletindo as diversas concepções sobre a natureza e o funcionamento da língua. Compreendida como o conjunto de interpretações e descrições voltadas à explicação dos mecanismos linguísticos, seguimos a linha de raciocínio de Schäfer-Prieß (2019). Valemo-nos de suas ponderações:

[...] as primeiras gramáticas portuguesas pudessem ser elaboradas na forma em que as conhecemos, tiveram de ser satisfeitas várias condições. Antes de mais, o português tinha de estar já estabelecido como língua autónoma, ou mais precisamente: como língua escrita. Em segundo lugar, tinha de estar

disponível uma tradição gramaticográfica e, em terceiro, deveria existir uma situação histórica em que fizesse sentido ou fosse necessário produzir gramáticas (Schäfer-Prieß, 2019, p. 81).

Desse modo, como observa Schäfer-Prieß (2019), a emergência das primeiras gramáticas portuguesas não foi um acontecimento isolado, mas o resultado de um longo processo histórico, intelectual e cultural. Foi preciso que a língua alcançasse maturidade social e literária, que existisse um modelo de descrição herdado das tradições clássicas e, sobretudo, que houvesse um motivo simbólico e político para sua codificação. Nesse cenário, a gramática deixa de ser apenas um instrumento técnico de correção ou ensino e passa a representar um marco de consciência linguística e identidade coletiva, expressão do desejo de legitimar o português como língua digna de ciência, cultura e poder.

Destaca-se, também, que, de acordo com os princípios koernianos (contextualização, imanência e adequação), o clima de opinião (espírito da época), encontra-se no 1º princípio. Com base nos estudos de Koerner (1996), a *contextualização*, refere-se: “[...] ao estabelecimento do ‘clima de opinião’ geral dos períodos em que as teorias se desenvolveram” (KOERNER, 1996, p. 60). Em outras palavras, compreender uma obra linguística exige situá-la dentro do tecido histórico, social, político e cultural que a produziu. Toda reflexão metalinguística nasce em um ambiente intelectual particular, permeado por valores, debates e objetivos que moldam tanto a forma quanto o conteúdo das ideias apresentadas.

Desse modo, a análise historiográfica propõe que se observe a obra e seu autor como partes integrantes de um sistema de pensamento mais amplo, influenciado por circunstâncias históricas e por correntes filosóficas dominantes. No caso de João de Barros, entender sua *Gramática* implica reconhecer o espírito humanista e expansionista do século XVI português, marcado pelo ideal de difusão da fé cristã, pelo fortalecimento da monarquia e pela crença na língua como instrumento de civilização. Em suma, nele é possível delinear o clima de opinião observando as correntes intelectuais do período e a situação socioeconômica, política e cultural.

Assim dado, sob essa ótica, este estudo parte da compreensão de que a gramática de João de Barros não se limita à codificação formal do português, mas desempenha um papel ativo na constituição de uma norma linguística legitimada, vinculada ao ideal humanista-renascentista e aos interesses expansionistas da monarquia portuguesa. A gramaticografia,

nesse sentido, é tratada como um dispositivo discursivo de poder, que opera na produção de uma linguagem autorizada e funcional ao projeto de colonização e evangelização (Mattos e Silva, 2004; Batista, 2019).

Para compreender os fundamentos normativos da gramática de Barros no contexto humanista e colonial, adota-se uma perspectiva crítica que observa como a organização da obra — inspirada nos modelos clássicos greco-latinos — está alinhada a um esforço de conferir prestígio e legitimidade ao vernáculo português. Essa normatividade busca não apenas descrever uma língua em uso, mas estabelecer um modelo ideal de uso, apropriado à educação, à religião e à administração imperial. Trata-se, portanto, de uma gramatização que não reflete passivamente a língua, mas que impõe um modo de falar e escrever reconhecido como correto e civilizado.

Ao identificar os vínculos entre gramatização, evangelização e disciplinamento cultural, o estudo considera que a gramaticografia de Barros deve ser lida em articulação com as práticas catequéticas e escolares da época. A gramática, juntamente com os catecismos e cartilhas religiosas, funcionava como instrumento de doutrinação, integrando o aparato ideológico da colonização e promovendo a substituição das línguas indígenas por uma norma linguística europeia.

3 Análise: a gramática como dispositivo de poder

A *Gramática da Língua Portuguesa*, de João de Barros, insere-se em um momento histórico marcado por profundas transformações culturais, religiosas e políticas na Europa e em seus territórios coloniais. Desde o prólogo, a obra revela um projeto explícito de dignificação do vernáculo português, alicerçado no ideário humanista que, no século XVI, buscava valorizar as línguas nacionais em oposição à hegemonia do latim.

No entanto, essa valorização do português não se constrói pela ruptura, mas pela aproximação com o modelo de prestígio já existente. Ao recorrer às tradições greco-latinas como referência para a estruturação da *Gramática da Língua Portuguesa* (1540), João de Barros legitima o vernáculo ao inseri-lo no universo simbólico das línguas cultas da Antiguidade. Mais do que imitar as formas latinas e gregas, Barros as convoca como “modelos de autoridade

intelectual”, capazes de conferir à língua portuguesa o mesmo estatuto de nobreza e racionalidade que, até então, era reservado às línguas clássicas.

A partir desse olhar, que envolve expansão marítima, comercial e linguística — simultaneamente de valorização e de submissão — a gramática torna-se um instrumento de duplo alcance: afirma uma identidade linguística nacional e, ao mesmo tempo, prescreve um modelo ideal de uso da língua, moldado aos interesses do império. O projeto linguístico de Barros é, assim, inseparável do projeto civilizatório português: a norma proposta não busca apenas descrever como se fala, mas como se deve falar, com base em critérios estéticos, religiosos e morais.

Esse caráter normativo manifesta-se com nitidez na classificação rígida das partes do discurso, na padronização ortográfica e na imposição daquilo que o autor denomina “boa linguagem”. Essa expressão, longe de ser neutra, reflete uma escolha política e cultural: aquilo que é “bom” do ponto de vista linguístico é o que se adequa aos valores europeus cristãos, aos ideais da corte e à clareza necessária para a catequese.

A gramática, nesse sentido, participa ativamente da produção de uma identidade linguística homogênea, útil tanto à administração colonial quanto ao projeto de evangelização. Essa normatização linguística não ocorre isoladamente. Ela é reforçada e disseminada por outros instrumentos do aparato colonial, como os catecismos, as cartilhas de doutrina cristã (a *Cartinha com os preceitos e mandamentos a Santa madre igreja* (Barros, 1539) ratifica essa tese) e os documentos escolares, que colocam o idioma português como a língua da fé, da ciência e da autoridade.

O que se observa, portanto, é a construção de um ambiente comunicacional disciplinado, no qual o vernáculo normatizado ocupa posição central, ao passo que as línguas indígenas são marginalizadas, silenciadas ou toleradas apenas enquanto mediação provisória para a conversão. Nesse aspecto, destaca-se a *Arte de gramática da língua mais usada na costa do Brasil* (Anchieta, 1595). Há claras afinidades entre a perspectiva de Anchieta e as concepções de João de Barros¹.

1 Cf. Assunção; Fonseca A arte de Grammatica da Lingoa mais usada na costa do Brasil, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus (2005, p. 164).

Ao elaborar as regras da “língua da terra” ou “língua do Brasil” o primeiro gramático do tupi partilha do mesmo espírito humanista do autor, embora o faça atribuindo estatuto gramatical a um idioma que não possuía o amparo de um Estado ou império que lhe garantisse prestígio. Ademais, no que diz respeito às adaptações dos modelos gramaticais já existentes, observa-se uma clara influência das estratégias do humanismo linguístico europeu. Vale destacar que Anchieta pôde inspirar-se também na tradição nacional, marcada, desde o final do século XV (Assunção; Fonseca, 2005).

Nessa perspectiva, a gramaticografia deixa de ser uma prática meramente técnica para se configurar como uma tecnologia de poder simbólico (Bourdieu, 1996). A descrição da língua por Barros é, simultaneamente, prescrição normativa e exclusão social: ao estabelecer o que é aceitável no uso da linguagem, também se estabelece quem pode falar, de que maneira, e com que autoridade. A gramática torna-se, assim, um dispositivo discursivo de controle, orientando não apenas a fala, mas os modos de pensar, de educar e de se posicionar diante do mundo.

Como argumenta Mattos e Silva (2004), os primeiros gramáticos portugueses desempenharam papel crucial na configuração da língua como “instrumento de civilização”, legitimando um modelo cultural único e excludente. A obra de Barros, nesse sentido, não apenas constrói a norma do português: ela estrutura um sistema simbólico que legitima o poder da metrópole, impõe a cultura europeia e exclui formas de vida, de saber e de linguagem que escapam ao projeto colonial. Mattos e Silva (2004) ressalta, ainda, que a colonização portuguesa não se limitou à exploração territorial e econômica: ela esteve profundamente ligada a um projeto de evangelização. Nesse cenário, os padres jesuítas mantinham um contato direto e constante com os povos indígenas, buscando não apenas difundir o cristianismo como religião, mas também integrá-lo à estrutura social e política da Colônia.

Foram esses missionários que fundaram as primeiras escolas e introduziram elementos da cultura europeia, especialmente no que diz respeito ao uso da escrita². Embora a intenção principal da educação jesuítica não fosse ensinar a norma da língua portuguesa (cf. Mattos e Silva, 2004, p. 40), suas ações influenciaram fortemente a aprendizagem e a expansão do idioma no Brasil colonial. Além disso, como observa Castro (2001), a escrita servia também

2 Cf. Teixeira, Viviane L. O pensamento Linguístico de João de Barros e as escolas de ler e escrever na América Portuguesa Quinhentista. Curitiba: CRV, 2024.

como símbolo de prestígio, reforçando a superioridade atribuída ao português em relação às línguas ágrafas, condição na qual se encontrava a maioria das línguas indígenas e africanas da época.

A análise, portanto, revela que a gramática de João de Barros é mais do que uma tentativa de sistematização do português nascente, ela é um marco fundacional de um projeto ideológico e epistemológico, no qual o conhecimento linguístico está subordinado às exigências do império, da fé e da ordem. Essa gramática, ao normatizar a língua, contribui para uniformizar consciências, naturalizar hierarquias e reproduzir estruturas de dominação, configurando-se como uma das engrenagens invisíveis, porém eficazes, do colonialismo linguístico europeu.

4 Estrutura e Organização da Gramática de João de Barros

A *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros, publicada em 1540, destaca-se não apenas como uma das primeiras tentativas de sistematização do português vernáculo, mas também por sua cuidadosa estruturação, que reflete os ideais pedagógicos e culturais da época. Organizada segundo o paradigma clássico herdado das gramáticas greco-latinas, a obra procura conferir ao português uma forma sólida e ordenada, capaz de dialogar com os saberes humanistas que valorizavam a razão, a clareza e a harmonização formal.

Logo em sua introdução, Barros justifica a importância de estabelecer regras claras para o uso correto da língua, assumindo o compromisso de não somente descrever a linguagem tal como era falada, mas de prescrever uma norma culta e prestigiosa. Essa abordagem normativista permeia toda a organização do texto, dividindo-o em seções que abrangem as categorias tradicionais da gramática: fonologia, morfologia, sintaxe e ortografia, embora com uma ênfase marcante na morfossintaxe, especialmente na classificação das partes do discurso.

A gramática de João de Barros organiza-se em quatro partes principais — *Da construção*, *Das figuras*, *Da ortografia* e *Diálogo em louvor da nossa linguagem* —, refletindo uma estrutura sistemática e didática. Quando comparada à *Técnica da Gramática* de Dionísio Trácio, elaborada no século II, percebe-se uma semelhança estrutural significativa, pois ambas seguem o mesmo “esqueleto” composicional. No entanto, a distinção essencial entre as duas obras está na ampliação das funções atribuídas à gramática ao longo do tempo. Enquanto Dionísio centrava sua abordagem na leitura e na orientação para poetas e prosadores, Barros amplia

esse propósito, voltando-se não apenas ao ensino elementar da leitura — “ensinar os meninos a ler” —, mas também à normatização da língua, buscando estabelecer “o modo certo e justo de falar e escrever” (Otoni Ribeiro, 2017). Essa evolução evidencia a transição da gramática como mero instrumento literário para um modelo pedagógico e normativo voltado à consolidação do vernáculo português.

Outro aspecto relevante da organização da gramática é o seu caráter prescritivo: para cada categoria, Barros não apenas oferece uma descrição, mas também recomenda formas consideradas corretas e elegantes, reforçando a necessidade de uniformização linguística para atender às exigências do ensino, da administração imperial e da propagação religiosa. Essa rigidez normativa exclui variações regionais e populares, que são vistas como desvios da “boa linguagem” — conceito que tem clara conotação moral e cultural.

Além disso, a obra incorpora exemplos extraídos da literatura e dos usos formais da língua, buscando legitimar as escolhas gramaticais e aproximar o português ao cânone clássico europeu. Essa estratégia reforça a intenção do humanista de elevar o português a uma língua de cultura e saber, capaz de competir com o latim e outras línguas europeias tradicionais.

Em síntese, a estrutura e organização da gramática de João de Barros refletem um projeto ambicioso, isto é, criar um modelo linguístico que legitime e valorize o português, ao mesmo tempo em que o submete a critérios rígidos de normatização, alinhados a interesses culturais, pedagógicos e políticos da época. Essa gramática, portanto, não é apenas um manual técnico, mas um documento cultural.

A seguir, descreve-se detalhadamente a organização das principais seções e capítulos que compõem a obra:

i. Prólogo

No prólogo, Barros apresenta os objetivos da obra, justificando a necessidade de estabelecer regras e normas para o português, visando conferir-lhe o prestígio e a clareza necessários para o uso culto, especialmente nos contextos educacionais, administrativos e religiosos. Aqui, o autor posiciona a gramática como instrumento de elevação da língua vernácula, em diálogo com o humanismo europeu.

ii. Das Letras e Sons

Esta primeira seção trata dos elementos básicos da língua: as letras do alfabeto e os sons que elas representam. Barros descreve o sistema fonético de seu tempo, procurando estabelecer correspondências entre sons e letras, com a finalidade de padronizar a escrita e facilitar o aprendizado. Essa parte tem caráter essencial para a ortografia, que era então bastante variável.

iii. Das Partes do Discurso

Barros organiza a língua em categorias tradicionais herdadas de gramáticos greco-latinos como Donato e Prisciano. Ele divide a língua em oito partes principais: substantivo, adjetivo, verbo, pronome, advérbio, preposição, conjunção e interjeição. Para cada categoria, ele apresenta definições, funções e características morfológicas. Essa classificação rígida reflete a preocupação com o ordenamento e o controle da língua, estabelecendo fronteiras claras entre os elementos linguísticos. Essa segmentação serve para facilitar o ensino e o aprendizado, ao mesmo tempo que reforça a autoridade do português padrão.

iv. Do Substantivo e do Adjetivo

Barros dedica uma análise detalhada ao substantivo e ao adjetivo, enfatizando as flexões de gênero (masculino/feminino), número (singular/plural) e grau (comparativo/superlativo). Ele estabelece regras para a concordância nominal, tema central para a correção linguística. Por exemplo, discute os casos de substantivos que apresentam variações de gênero, como “rei” e “rainha”, e a formação do plural, que poderia variar regionalmente. Nos adjetivos, a explicitação da gradação expressa a preocupação com a precisão e a riqueza expressiva da língua, importante para o discurso culto e formal.

v. Do Verbo

O capítulo sobre verbos é o mais extenso e complexo, refletindo a centralidade do verbo para a estrutura sintática da língua. Barros apresenta as três conjugações regulares em -ar, -er, -ir, além de verbos irregulares, fornecendo paradigmas completos de conjugação. Ele descreve os modos indicativo, subjuntivo e imperativo, e os tempos verbais simples e compostos. A

preocupação com a regularidade e a forma correta das conjugações revela a tentativa de estabelecer um modelo normativo rígido, que evitasse variações e garantisse a uniformidade no uso culto. Além disso, exemplos retirados de textos eruditos ilustram as regras, reforçando a ligação entre norma e prestígio.

vi. Dos Pronomes e Advérbios

Nesta seção, Barros define e classifica os pronomes pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos e interrogativos, explicando suas funções substitutivas e referenciais. Para os advérbios, ele destaca sua função modificadora, detalhando categorias como modo, tempo, lugar, afirmação, negação e dúvida. A descrição procura ser didática e sistemática, refletindo a importância desses elementos para a coesão textual e a expressividade.

vii. Das Preposições, Conjunções e Interjeições

Embora breves, essas partes completam o quadro da gramática funcional. Barros lista as preposições existentes e indica suas relações regenciais, essenciais para a sintaxe correta. As conjunções são classificadas conforme seu papel na coordenação e subordinação das orações. Por fim, as interjeições, embora pouco estudadas, são mencionadas como expressões de emoção, integrando o repertório linguístico da época. Essa atenção às palavras de ligação e expressão ressalta a preocupação com a estrutura lógica e afetiva do discurso.

viii. Ortografia e Regras de Escrita

Ao longo da gramática, e em especial nesta parte, Barros estabelece orientações para a escrita correta, visando padronizar a grafia das palavras e reduzir a variação ortográfica que predominava no século XVI. Ele recomenda o uso de certas letras para representar sons específicos, normas para a divisão silábica e a eliminação de grafias consideradas arcaicas ou populares. Essa tentativa pioneira de fixação ortográfica é decisiva para a consolidação do português escrito e para a circulação de textos oficiais e religiosos, conferindo à língua um status de uniformidade indispensável para a administração e a educação colonial.

A partir das descrições, sem perder de vista o clima de opinião, pode-se inferir que:

Fundamentação da gramática normativa do português:

O trabalho de Barros representa um esforço pioneiro de organização sistemática da língua portuguesa. Ao estruturar a gramática em seções claras — desde os sons e letras até as partes do discurso e flexões de substantivos e adjetivos —, ele estabelece as bases para o que se tornaria a gramática normativa. Essa preocupação com regras e padronização é essencial para a gramaticografia, pois define os critérios que diferenciam o uso culto do popular e orienta a codificação da língua.

Padronização ortográfica e fonética:

Ao tratar das letras e sons, Barros atua na tentativa de reduzir a variabilidade da escrita de sua época. A gramaticografia tem parte justamente nessa sistematização: descrever como se fala e se escreve “corretamente” é uma das funções centrais da disciplina. A fixação de correspondências entre sons e letras facilita o ensino e serve como referência para futuras gramáticas. Recordar-se que o clima de opinião é o século XVI.

Classificação das partes do discurso:

A divisão da língua em categorias tradicionais (substantivo, adjetivo, verbo etc.) reflete a influência de gramáticos clássicos e fornece um modelo estruturado para análise gramatical. Esse tipo de categorização é crucial para a gramaticografia, pois permite comparar o português com outras línguas, identificar padrões e criar regras consistentes de uso.

Ênfase na morfologia e concordância:

Ao detalhar gênero, número, grau e concordância, Barros contribui para precisar e enriquecer a descrição da língua. Essa atenção à flexão morfológica é um elemento-chave da gramaticografia, pois fornece critérios objetivos para julgar a correção linguística e orientar tanto o ensino quanto a produção escrita.

Influência cultural e educativa:

Barros não apenas descreve a língua, mas a posiciona como instrumento de elevação cultural, ligando o estudo gramatical ao humanismo europeu e à educação formal. Isso mostra

que a gramaticografia não é apenas um registro da língua, mas também um projeto social e educativo, buscando consolidar padrões de prestígio e clareza.

Do Verbo:

O capítulo sobre verbos é o mais extenso e detalhado, o que reflete a centralidade do verbo na estrutura sintática do português. Barros apresenta as três conjugações regulares (-ar, -er, -ir), os verbos irregulares, modos verbais (indicativo, subjuntivo, imperativo) e tempos simples e compostos, ilustrando regras com exemplos retirados de textos eruditos. Essa abordagem demonstra a tentativa de estabelecer um modelo normativo rígido, reduzindo variações e promovendo uniformidade no uso culto, característica essencial para a codificação da língua. Ao mesmo tempo, evidencia o alinhamento da gramática com o prestígio literário e social, reforçando a autoridade do português padrão (Kaltner, 2023). Criticamente, embora a preocupação com a regularidade seja valiosa, essa rigidez normativa pode ser vista como limitadora, ignorando variações regionais ou populares que faziam parte da língua viva da época.

Dos Pronomes e Advérbios:

Barros organiza os pronomes (pessoais, possessivos, demonstrativos, relativos, interrogativos) e advérbios (modo, tempo, lugar, afirmação, negação, dúvida) de maneira didática e sistemática. Essa classificação contribui para a coesão textual e a expressividade, ao esclarecer funções substitutivas e modificadoras desses elementos. A gramaticografia, aqui, cumpre um papel educativo, oferecendo modelos claros de uso formal. No entanto, a análise crítica aponta que a obra prioriza o discurso culto em detrimento do uso cotidiano da língua, o que limita a abrangência descritiva da gramática.

Das Preposições, Conjunções e Interjeições:

Embora sejam capítulos mais curtos, essas classes completam a gramática funcional: preposições, regulam relações essenciais entre palavras; conjunções estruturam a coordenação e subordinação das orações; e interjeições registram expressões emocionais, integrando a dimensão afetiva da língua. Essa atenção à lógica e à afetividade do discurso

evidencia a preocupação de Barros com a clareza e a coerência textual. Criticamente, a breve abordagem das interjeições mostra que certos aspectos da linguagem viva eram pouco valorizados, revelando um viés normativo centrado no uso culto e escrito.

Ortografia e Regras de Escrita:

A seção dedicada à ortografia pode ser considerada pioneira na fixação do português escrito, propondo: correspondência entre sons e letras; normas de divisão silábica; e eliminação de grafias arcaicas ou populares. Essa tentativa de padronização foi decisiva para a circulação de textos oficiais e religiosos, conferindo uniformidade e prestígio à língua. A crítica, no entanto, ressalta que o foco na padronização ortográfica também contribuiu para marginalizar variações dialetais e formas populares, evidenciando um projeto linguístico normativo com viés social e cultural restritivo.

O estudo de João de Barros é um marco inicial na gramaticografia e historiografia da língua portuguesa, combinando análise linguística detalhada, normatização e função educativa. Sua obra estabelece critérios claros de correção, promove a uniformidade do português escrito e reforça o prestígio social da intitulada língua culta, criando uma base pedagógica que influenciaria o ensino e a avaliação do português nos séculos seguintes.

Ao mesmo tempo, revela limitações históricas próprias do século XVI: a rigidez normativa, o foco no uso erudito e a marginalização das variações regionais ou populares evidenciam seu caráter prescritivo. Contudo, essas mesmas características permitem compreender a construção social e cultural da norma culta, mostrando como prestígio, educação e administração moldaram a codificação da língua.

Organizada de forma progressiva — das letras e sons às categorias mais complexas e à ortografia —, a gramática de Barros reflete a herança clássica e a intenção de construir um português culto, coerente e funcional. Mais do que um instrumento normativo, a obra revela a preocupação humanizadora de Barros com a clareza, a educação e a comunicação efetiva, lembrando que a língua é, acima de tudo, um meio de interação social e expressão cultural.

5 Considerações finais

A leitura historiográfica da *Gramática da Língua Portuguesa* de João de Barros permite compreender que, mais do que uma tentativa pioneira de descrição da língua, trata-se de uma obra situada dentro de um projeto civilizatório e normativo, que instrumentaliza a linguagem como eixo de poder e dominação. Nesse sentido, concordamos com Mattos e Silva (2004, p. 28) quando afirma que “não há gramática neutra, pois, toda descrição linguística é marcada por interesses ideológicos, ainda que não declarados”.

A gramática de Barros, ao se valer de modelos clássicos latinos e ao propor uma “boa linguagem”, articula-se a um processo de fixação normativa que privilegia certos usos em detrimento de outros — silenciando a diversidade linguística do espaço colonial. Essa fixação não é apenas técnica, mas política: o português é elevado à língua do sagrado, da ciência e da administração, enquanto as línguas indígenas são reduzidas a instrumentos momentâneos da catequese ou simplesmente invisibilizadas.

A imposição da língua portuguesa no contexto colonial pode ser compreendida como parte de um projeto civilizatório que visava não apenas a uniformização linguística, mas também a legitimação do poder da metrópole sobre os povos colonizados. O Diretório dos Índios (1758), documento oficial que determinava a obrigatoriedade do português como “língua do príncipe”, é um exemplo no qual havia a substituição às línguas nativas, com a finalidade explícita de integrar os indígenas à ordem colonial e silenciar a multiplicidade linguística existente.

Ao situarmos essa gramática no contexto da gramaticografia portuguesa quinhentista, observamos que Barros inaugura uma linhagem marcada pela busca de autoridade normativa. Como afirma Ilari (2002), a tradição gramatical portuguesa foi marcada por um processo de codificação e domesticação, priorizando a regularidade em detrimento da realidade linguística. Esta tensão entre a língua viva e sua idealização normativa permanece como um traço persistente da história das gramáticas de língua portuguesa.

Além disso, o caráter prescritivo da obra se manifesta como dispositivo simbólico de controle. A imposição de um modelo único de língua se articula à catequese e à administração do império, conforme destaca Auroux (1992, p. 101), ao dizer que “[...] graticar é também governar: a difusão da gramática corresponde à extensão do império”. Nessa lógica, a

gramática de João de Barros é menos um retrato da língua e mais um projeto de mundo — aquele que o império português buscava construir.

Essa leitura crítica permite, por fim, reiterar os conceitos de Koerner (1996), já supracitados. Todo esse processo analítico envolve a metalinguagem, entendida por ele como o modo pelo qual o historiador da linguagem apresenta e descreve teorias linguísticas do passado aos estudiosos atuais. Para isso, seguir os três princípios - contextualização, imanência e adequação, faz-se fundante para compatibilizar o vocabulário técnico com o modelo teórico utilizado (KOERNER, 1996, p. 95)³

Destaca-se que a análise da obra do humanista João de Barros é crucial para entender como a linguística histórica pode contribuir para a compreensão dos processos de exclusão linguística e resistência, como as tentativas de preservação das línguas indígenas frente ao avanço do português. Como observa Faraco (2016, p. 99), “[...] a história das línguas é também a história de suas disputas por legitimidade e sobrevivência”.

Revisitar a gramática de João de Barros sob a ótica da Historiografia (da) Linguística é mais do que um exercício acadêmico — é também um gesto ético. Questionar os fundamentos que sustentam a autoridade linguística permite repensar nossas práticas de ensino, políticas e modos de narrar a história das línguas. Compreender a formação do saber linguístico implica reconhecer sua relação com o poder, sobretudo no contexto colonial, em que a normatização do português serviu como instrumento de dominação cultural e política. Assim, descrever e regular a língua não são atos neutros, mas práticas que refletiram e reforçaram hierarquias sociais e o projeto expansionista europeu.

Agradecimentos

Agradeço em especial à Universidade Federal Fluminense por ser a instituição que me formou a pesquisadora que hoje sou. Ao programa de pós-graduação Estudos de Linguagem, nas pessoas de seus coordenadores. À amiga, pesquisadora e pró-reitora Mônica Guimaraes

3 Indica-se a leitura de: SILVA, Maurício. Gramática e historiografia linguística: reflexões acerca de alguns princípios metodológicos. Revista do GEL, [S. l.], v. 3, p. 59–66, 2006. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/325>. Acesso em: 30 out. 2025.

Savedra por ter me incentivado a uma carreira acadêmica. Ao amigo e parceiro acadêmico Leonardo Ferreira Kaltner, por ter me apresentado à Historiografia da Linguística.

Referências

ASSUNÇÃO, C.; FONSECA, M. do C. A arte de *Grammatica da lingua mais usada na costa do Brasil*, de José de Anchieta, no quadro da gramaticalização de vernáculos europeus. In: RIO-TORTO, G. M. *et al.* **Estudos em homenagem ao Professor Doutor Mário Vilela**. Porto: Faculdade de Letras da Universidade do Porto, 2005. p. 161-175.

AUROUX, S. **A revolução tecnológica da gramatização**. Tradução de E. P. Orlandi. 3. ed. Campinas: Editora da UNICAMP, 2014. [1992].

BARROS, J. de. **Grammatica da língua portuguesa**. Lisboa: Tipografia de Luiz Rodrigo, 1540.

BATISTA, R. de O.; BASTOS, N. B. Duas tradições gramaticais: uma história brasileira. In: BATISTA, R. de O.; FERNANDES, G.; BASTOS, N. B.; ASSUNÇÃO, C. (org.). **História do pensamento linguístico-gramatical em Portugal e no Brasil**. Vila Real: Centro de Estudos em Letras; Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2025. p. 43-73.

BATISTA, R. de O. Historiografia da Linguística e um quadro sociorretórico de análise. In: BATISTA, R. de O. *et al.* **Historiografia da Linguística**. São Paulo: Contexto, 2019. p. 81-114.

BOURDIEU, P. **A dominação simbólica**. São Paulo: Martins Fontes, 1996.

BRASIL. Diretório dos Índios (1758). In: SILVA, M. B. N. da (org.). **Documentos de História do Brasil Colonial**. Lisboa: Colibri, 2006. p. 329-337.

CASTRO, Y. P. de. Falares africanos na Bahia: um vocabulário afro-brasileiro. Rio de Janeiro: Topbooks, 2001.

FARACO, C. A. História sociolinguística da língua portuguesa. São Paulo: Parábola, 2016.

ILARI, R. **Linguística românica**. São Paulo: Ática, 2002.

KALTNER, Leonardo Ferreira. Uma leitura filológica e historiográfica do conceito de gramática na obra de João de Barros (1540). **Revista Linguística – UFRJ**, v. 19, n. 1, p. 110-122, 2023. doi.org/10.31513/linguistica.2023.v19n1a57190.

KOERNER, K. Questões que persistem em Historiografia da Linguística. **Revista da ANPOLL**, n. 2, p. 45-70, 1996. <https://doi.org/10.18309/anp.v1i2.240>.

MATTOS E SILVA, R. V. **História sociopolítica da língua portuguesa**. São Paulo: Contexto, 2004.

MATTOS E SILVA, R. V. **Ensaio para uma sócio-história do português brasileiro**. São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

OTONI RIBEIRO, P. R. Tradição e poder: a gramática da língua portuguesa, de João de Barros (1540). **Muiraquitã**, v. 5, n. 1, p. 21-33, jan./jun. 2017. <https://doi.org/10.29327/216343.5.1-3>

SCHÄFER-PRIEB, B. A gramaticografia portuguesa até 1822: condições da sua génese e critérios de categorização no âmbito da tradição latina, espanhola e francesa. Tradução de J. F. Silva. Revisada e atualizada pela autora. Edição de R. Kemmler. Vila Real: Universidade de Trás-os-Montes e Alto Douro, 2019. (Coleção Linguística, 14). Disponível em: <https://bit.ly/2YZULFd>. Acesso em: 4 set. 2020.

SILVA, M. Gramática e historiografia linguística: reflexões acerca de alguns princípios metodológicos. **Revista do GEL**, v. 3, p. 59-66, 2006. Disponível em: <https://revistas.gel.org.br/rg/article/view/325>. Acesso em: 30 out. 2025.

SWIGGERS, P. A historiografia da linguística: objeto, objetivos, organização. **Confluência**, n. 44-45, p. 39-59, 2013.

TEIXEIRA, V. L. O pensamento linguístico de João de Barros e as escolas de ler e escrever na América Portuguesa quinhentista. Curitiba: CRV, 2024.

TEIXEIRA, V. L. **O pensamento linguístico de João de Barros e as escolas de ler e escrever na América Portuguesa quinhentista**. 2022. 152 f. Tese (Doutorado em Estudos de Linguagem) – Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2022. Disponível em: <https://app.uff.br/riuff/handle/1/28573?locale-attribute=en>. Acesso em: 15 out. 2023.

Recebido em: 25.08.2026

Aprovado em: 02.02.2026